

INSERÇÃO DE MATO GROSSO AO MERCADO NACIONAL E A GÊNESE DE CORUMBÁ¹

Armen Mamigonian*

Ao longo do século XIX a pecuária bovina foi se tornando a principal atividade econômica de Mato Grosso. Hoje em dia esta enorme área de criação fornece bois magros para as invernadas externas à região (Oeste de São Paulo, etc.) e conseqüentemente aos frigoríficos responsáveis pelo abastecimento de importantes cidades do Brasil-Sudeste, São Paulo em particular. Esta especialização explica o fato de que, apesar do salto populacional de 60 mil habitantes (1872) a 2510 mil (1980) nos últimos cem anos, Mato Grosso representa somente 2,11% do total populacional brasileiro, mantendo a baixíssima densidade de 2,04 hab/Km², semelhante às densidades da Amazônia.

A presença da pecuária em Mato Grosso não estimulou o desenvolvimento de uma densa malha de cidades e nem de grandes cidades. Assim, ao procurar lembrar as cidades matogrossenses, nos vêm à memória praticamente apenas Campo Grande (294 mil habitantes), Cuiabá (213 mil) e Corumbá (81 mil), que representaram 23,3% da população total do Estado em 1980. Comparando com o Norte do Brasil, notamos que o extrativismo vegetal dominante (borracha, castanha, etc.) também não gerou uma verdadeira rede urbana, mas duas cidades alcançaram outro nível populacional: Belém (934 mil) e Manaus (635 mil) que em 1980 somaram 26,6% da população total da área.

*Professor do Departamento de Geociências da UFSC.

GEOSUL - Nº 1 - 1º sem. 1986.

Na verdade a diferença das situações urbanas é ainda maior, pois a comparação mais correta é entre Mato Grosso e a Amazônia ocidental (Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia). Em 1980 Mato Grosso registrou 2510 mil residentes, dos quais 1576 mil urbanos (62,7%), enquanto a Amazônia ocidental teve 2306 mil residentes, sendo 1272 mil urbanos (55,2%). Assim, a partir de totais populacionais, densidades demográficas e taxas de urbanização regionais semelhantes, Campo Grande representou 18,5% do total urbano matogrossense, ao mesmo tempo em que Manaus alcançava 49,9% do total urbano da sua área. Como explicar este contraste entre a Amazônia composta de metrópole (Belém) e sub-metrópole (Manaus) e Mato Grosso, desprovido de uma grande cidade?

As relações econômicas da Amazônia desde seus inícios no século XVII até praticamente os dias de hoje se fizeram por uma única entrada (Belém), sendo Manaus a entrada obrigatória para a metade ocidental. Já no caso de Mato Grosso as portas de entrada variaram ao longo do tempo (P. Denis, 1927, p.143). O caminho de Goiás a Cuiabá utilizado desde 1736 conferiu a Cuiabá uma posição ímpar e insubstituível no território matogrossense até meados do século XIX, quando a abertura da navegação pelo rio Paraguai alterou a situação, dando a Corumbá a melhor posição dentro do conjunto regional, especialmente após 1870. A implantação da EF Noroeste do Brasil (1915) mudou mais uma vez o quadro: Campo Grande passou a ser a entrada obrigatória. Assim sendo Cuiabá, Corumbá e Campo Grande se sucederam como portas de entrada do imenso território matogrossense. A medida em que Cuiabá e Corumbá, em épocas diferentes, perderam esta função, decaíram comercialmente e também como centros militares.

Paralelamente às mudanças das vias de comunicação com o Rio de Janeiro, Mato Grosso registrou desde o século XIX deslocamento de seu centro econômico do norte para o sul, decorrente em parte da gradativa ocupação da sua parte meridional. O crescimento do sul favoreceu inicialmente Corumbá e desde 1920 vem favorecendo Campo Grande. Nos últimos anos nota-se uma revalorização do norte, em decorrência da expansão da fronteira agro-pecuária em direção à Amazônia, beneficiando Cuiabá.

Decaindo como centro comercial e militar, Corumbá teve que desenvolver outras atividades a partir de 1920. Às suas atividades comerciais e militares em regressão relativa, juntou as residências, de fazendeiros do Pantanal e posteriormente atividades industriais e de mineração (manganês, ferro-guixa e cimento).

Como se deu a passagem em Mato Grosso de uma economia extrativa (ouro no século XVIII), voltada aos mercados externos e que entrou em decadência, à uma economia voltada ao mercado interno durante o século XIX (criação de gado bovino), no mesmo momento em que as mudanças nos meios de transporte (navegação a vapor) permitiram a gênese de uma praça comercial, melhor localizada do que Cuiabá?

1. A primeira metade do século XIX e a herança do período colonial

Mato Grosso registrou 27.690 habitantes em 1800 e 29.801 em 1818, conforme dados dos seus governadores (V. Corrêa Filho, 1969, p.633-34). Sendo 3/4 de negros, mulatos e outros mestiços, concentrados na quase totalidade no norte, com exceção dos poucos dispersos nas fortificações militares de fronteira. Como Goiás, Mato Grosso surgiu no século XVIII com a extração de ouro e denotava acentuada decadência econômica na primeira metade do século XIX. A queda da produção de ouro em Cuiabá e arredores não foi compensada pela extração de diamantes (destrito de Diamantino), liberada em 1805, mas igualmente decadente a partir de 1825-30 (Castelnau, 1949, p.198). Entretanto Mato Grosso, mais do que Goiás, possuía outra base de sustentação além das exportações decrescentes de ouro e diamantes: as guarnições militares em Cuiabá e ao longo de suas extensas fronteiras.

Em consequência da mineração do ouro e da posição relativa às terras espanholas, foram instaladas na segunda metade do século XVIII várias fortificações militares: Príncipe da Beira (Guaporé), Coimbra e albuquerque (Paraguai) e Miranda (Miranda). Enquanto diminuía a produção mineral, aumentavam os contingentes militares do governo central ao longo de todo o século XIX,

pois os problemas de fronteira persistiram durante todo o período. Assim, Mato Grosso reunia em 1888 nada menos de 10,8% dos efetivos do exército brasileiro, superados apenas pelos efetivos do Rio Grande do Sul (31,1%) e da Guanabara (15,6%), sendo igual aos de Pernambuco e Bahia somados. Como a população de Mato Grosso representava apenas 0,64% do total brasileiro, sua taxa de 13,67 soldados por mil habitantes era de longe a mais alta do Brasil (4,08 no Rio Grande do Sul e 1,31 na Guanabara), conforme destacou J.M. de Carvalho (1974, p.145). Igualmente cresceram os efetivos militares da marinha, ampliados já em 1825 com a implantação de um Arsenal em Cuiabá (V. Corrêa Filho, 1969, p.472).

Vivendo basicamente das decrescentes exportações de ouro e diamantes e das verbas do governo imperial tornadas imprecindíveis, Mato Grosso viu-se forçado a procurar novas saídas econômicas, novos produtos de exportação. Esta procura estimulou a extração de ipecacuanha², exportada desde 1830 até hoje aos laboratórios farmacêuticos europeus (Album Graphico, 1914, p. 259 e V. Corrêa Filho, p.689). Mais importante ainda foi que durante o século XVIII formou-se na própria área mineradora, vale dizer nos arredores de Cuiabá, uma economia agropecuária destinada ao abastecimento regional, como ocorreu em Goiás e principalmente em Minas Gerais. Ela acabou dando origem, como veremos mais adiante, à maior parcela da pecuária bovina de Mato Grosso, principal base da economia daquele Estado nos dias atuais.

Os viajantes que percorreram Mato Grosso na primeira metade do século passado, como Castelnau, D'Alincourt, Florence, etc. chamaram a atenção para a existência desta agropecuária exercida em fazendas trabalhadas por escravos, freqüentemente com engenhos-de-açúcar³, produzindo grande variedade de gêneros alimentícios e bebidas como açúcar, aguardente, farinha de mandioca, arroz, feijão, milho, café, bem como fumo e algodão e artigos artesanais como tecidos de algodão, rendas e louças e muitas vezes com importante criação de gado bovino⁴. Ao contrário da agropecuária das Minas Gerais que logo se voltou para o atendimento da cidade do Rio de Janeiro, toda esta produção

destinava-se ao abastecimento regional, menos as diminutas porções de açúcar e tecidos de algodão que chegaram a alcançar o Pará (V. Corrêa Filho, 1969, p.694-95). Esta agropecuária deu origem naquela época a uma aristocracia rural composta dos maiores proprietários de engenhos e de fazendas de criação⁵, que constituíam com os grandes comerciantes de Cuiabá as classes dominantes daquela sociedade.

Que evolução sofreu esta economia de abastecimento muito variada e que atendia às necessidades primárias da população? Ela nasceu protegida pela distância de Cuiabá das regiões agropecuárias mais importantes, mas por isto mesmo sua expansão ficou limitada pelo mercado consumidor regional muito pequeno e estagnado, pois a distância em relação ao Rio de Janeiro e a outros centros criava um bloqueio natural. Por isto mesmo a agricultura e o artesanato acabavam decaindo: a produção dos chamados "víveres de subsistência" como farinha de mandioca, arroz, feijão e milho mal acompanhava o aumento da população regional e frequentemente entrava em crise (Leverger, 1963, p. 17); os tecidos de algodão, apesar de mais baratos do que os que os europeus em meados do século, acabavam desaparecendo nos fins do século XIX sob a concorrência das importações (Castelnaud, 1949, p.166 e V. Corrêa Filho, 1969, p.695) e o açúcar passou a ser fabricado em algumas usinas implantadas após 1880, que substituíram gradativamente os engenhos, mas seus mercados não ultrapassavam o sul de Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX e quase todas desapareceram recentemente, diante da concorrência paulista (Album Graphico, 1914, p.269 e V. Corrêa Filho, 1969, p.694). Somente a criação de bovinos, nascida no século XVIII como parte da economia de abastecimento regional, emergiu em meados do século XIX como atividade voltada ao mercado nacional, alcançando o Rio de Janeiro.

Assim, Mato Grosso no final da primeira metade do século passado pouco exportava: couros de boi (5000 peças/ano), peles de onça e veado, ouro em pó e diamantes (200 oitavas/ano) e ipecacuanha (800 arrobas/ano). Estas mercadorias se concentravam em Cuiabá, onde os comerciantes dispunham de 15 tropas (50 a 200 animais cada uma) que faziam o movimento regular pelo

caminho de Goiás em direção ao Rio de Janeiro principalmente, onde eram vendidas e despachadas para a Europa (Castelnuau, 1949, p.167-68). As mesmas tropas retornavam do Rio de Janeiro com grande variedade de produtos estrangeiros destinados à alimentação das pessoas abastadas (sal, vinho, queijo, manteiga, farinha de trigo, etc.), ao uso doméstico destas pessoas (vidros, louças, móveis, balcões de ferro, etc.), à agropecuária de abastecimento (equipamentos para engenhos-de-açúcar provenientes de São Paulo, enxadas, foices, machados, etc.) e à atividade militar (armas, pólvora, chumbo, etc.). O comércio atacadista de Cuiabá cuidava de redistribuir estas importações aos centros comerciais menores, exceção de Diamantino, que as recebia de Santarém, no Pará.⁶

Em Cuiabá coexistiam as atividades comerciais de expedição de produtos primários (couros, peles, ipecacuanha, etc.) e de distribuição de produtos importados, com a administração civil e militar na escala de toda a província. Os grandes comerciantes da cidade, mais do que a aristocracia rural regional, era composta de portugueses, enquanto a direção administrativa militar e civil compunha-se de altos servidores do Império, nomeados no Rio de Janeiro e que se sucediam periodicamente. Quanto à função militar, Cuiabá além da grande guarnição e do hospital era sede do Arsenal de Guerra, depósito de armas e munições para toda a fronteira e do Arsenal da Marinha, onde se realizavam os reparos da flotilha que tinha a mesma finalidade (Castelnuau, 1949, p.163). Como se vê, Cuiabá era o centro da província⁷, sua única entrada e saída para todas as relações comerciais, militares e administrativas e com acesso por terra e pelos rios a todo o interior, inclusive às fortificações localizadas nos limites de seu território. Mas na segunda metade do século XIX a abertura de fazendas de criação na parte meridional da província, o desenvolvimento de outras atividades econômicas (erva-mate, etc.) e a abertura da navegação pelo rio Paraguai enfraqueceram seu papel comercial e militar.

2. A expansão da pecuária e a implantação das charqueadas

A abertura das fazendas de criação no sul de Mato Grosso

no século XIX esteve ligada à expansão de três áreas pecuárias distintas: norte de Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo a primeira responsável pelo povoamento do Pantanal, que passou a concentrar 2/3 do rebanho bovino matogrossense, enquanto as correntes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul desbravaram o planalto, os mineiros se localizando nos cerrados e os gaúchos nos campos de Vacaria, no extremo sul.

De que maneira a pecuária do norte de Mato Grosso cresceu e se expandiu espacialmente, enquanto todo o setor agrícola e artesanal da economia de abastecimento decaiu diante do reduzido mercado regional e da concorrência externa? Os preços altos da carne para o abastecimento regional nos primeiros tempos estimulavam o aumento da pecuária bovina, a ponto do capitão - general da capitania poder escrever em 1761: "no Cuiabá é já o gado vacum tanto que não chega a matar-se todos os anos metade do número de rezes que nascem naquele distrito e a última rematação que a Câmara fez do corte de vaca foi por um cruzado de ouro a arrôba, metade do preço porque eu a achei quando cheguei aquela vila em 1751" (V. Corrêa Filho, 1969, p.711). As fazendas de criação alcançaram grandes dimensões, como a fazenda Caiçara⁸, localizada no Pantanal de Cáceres, adquirida pelo governo em 1779 e que possuía 3.632 cabeças de gado bovino, conforme avaliação feita cinco anos depois (V. Corrêa Filho, 1969, p. 499), equivalente portanto às maiores fazendas do sul de Minas Gerais conhecidas por S. Hilaire por volta de 1820.

Diferentemente da produção agrícola e artesanal da economia de abastecimento do norte de Mato Grosso, que não podia ultrapassar a capacidade de consumo do limitado mercado regional sem entrar em crise de superprodução, a pecuária bovina possuía características específicas. Pertencente a grandes fazendeiros que não eram forçados financeiramente a vender toda a "produção" anual, a pecuária se expandia parcialmente independente do mercado, pois além da estrutura fundiária favorável, seus custos de produção eram mínimos: quase nenhuma mão-de-obra, reprodução natural do gado, terras baratíssimas consistindo em imensos campos favoráveis e providos de salinas naturais ao sul e sudoeste de Cuiabá, que não exigiam nenhum gas-

to suplementar. Assim sendo, desde o século XVIII, a medida que o mercado não absorvia a "produção" anual, o estoque bovino aumentava geometricamente. Como o rebanho bovino crescia aceleradamente, os criadores de gado se interessaram pela abertura do caminho do Pequiri⁹, percurso mais curto entre Cuiabá e o Rio de Janeiro e São Paulo, transpondo o alto-Pequiri e rumando em direção às cabeceiras do Sucuriu e ao Paranaíba nas proximidades de sua confluência com o rio Grande, sem passar por Goiás. A primeira tentativa foi esboçada em 1808, D'Alincourt (1953, p. 16) insistiu na sua utilidade em 1818, expedições exploratórias foram feitas em 1825, novos esforços de abertura repetiram-se em 1832 e a picada foi finalmente concluída em 1836 até o Pequiri e daí até o rio Paranaíba confiada aos pecuaristas mineiros recém-estabelecidos em Santana¹⁰. Mas o novo caminho não resolveu de imediato o problema do excedente bovino da área de Cuiabá, pois Minas Gerais e o sul de Goiás tinham rebanhos suficientemente numerosos para atender às necessidades do Rio de Janeiro. Somente por volta de 1848-50 formou-se uma corrente contínua de boiadas do norte de Mato Grosso compradas por gente de Minas Gerais, que cuidava da engorda na sua província antes de levá-las à capital brasileira (Leverger, 1963, p.17). Estas exportações sofreram diminuição logo no início por causa das doenças que atingiram os cavalos de Mato Grosso (Leverger, 1863, p.17 e V. Corrêa Filho, p.531) e voltaram a crescer apenas na década de 1860-70. Leverger avaliou o rebanho bovino matogrossense em 500 mil cabeças em 1863, o que significava um excedente anual garantido de 50 mil cabeças, mas as vendas não alcançavam 10 mil. Nos anos de 1878-80, conforme os relatórios provinciais, as vendas realizadas pelos criadores giravam em torno de 12 a 13 mil cabeças anuais, das quais apenas a terça parte era adquirida pelos compradores e invernistas mineiros, enquanto o consumo da Província absorvia duas terças partes. Aliás o excedente continuou a não ser totalmente vendido até a primeira guerra mundial, quando as exportações de carnes brasileiras aos mercados europeus alteraram a situação¹¹. Por volta de 1910 o rebanho bovino matogrossense era calculado em 2,5 milhões de cabeças (excedente de 250 mil), enquanto os abates nas charqueadas e para o consumo estadual (90 mil), somadas às ven-

das interestaduais (66 mil para as invernadas de Minas e São Paulo) alcançavam 156 mil cabeças (Album Graphico, 1914, p.292-94). O crescimento acelerado do rebanho bovino do norte de Mato Grosso explica a rápida ocupação pecuária do Pantanal.

Por volta de 1844-45 toda a área entre os rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai estava ocupada por grandes fazendas de criação e aí se localizava a vila de Poconé, habitada "por uma das populações mais ricas do interior do Brasil, grandes criadores de gado, quase todos abastados e donos de oito a dez mil cabeças cada um" (Castelnau, 1949, p.342). Desta área situada no extremo norte do Pantanal partiram os fazendeiros que ocuparam todo o restante da bacia fluvial do Paraguai e seus afluentes em terras matogrossenses. A revolta nativista registrada no norte de Mato Grosso em 1834 foi catalizadora, provocando os primeiros deslocamentos de fazendeiros de origem portuguesa para o sul nas décadas de 1840-60, alcançando até os rios Tabuco e Nioaque, nos altos vales do Negro e do Miranda. O estabelecimento de colônias militares no sul de Mato Grosso em Nioaque (1855), Dourados (1856) e Miranda (1860) ajudou esta primeira leva de povoamento. O término da Guerra do Paraguai (1870) e a "pacificação" dos bororos (1886) e de outros indígenas deu maior impulso à fixação de novos fazendeiros nas porções centrais e meridionais do Pantanal matogrossense (V. Correa Filho, 1969, p.536 e 556).

Enquanto o Pantanal ia sendo ocupado pelos criadores do norte (Cuiabá, Cáceres, Poconé, Livramento, etc.), o planalto do sul de Mato Grosso era povoado por uma corrente de pecuaristas mineiros já integrados desde a segunda metade do século XVIII ao abastecimento do Rio de Janeiro, em função do qual se expandiam. Provenientes do Triângulo e do sul de Minas, entravam por Santana do Pararaíba (1829) e logo seus primeiros participantes alcançavam os vales do Sucuriu, do Pardo e mesmo os campos de Vacaria à altura de Maracaju (1840-50), mas somente após a Guerra do Paraguai o povoamento se intensificou, adensando áreas já desbravadas como Bela Vista e Maracaju e alcançando novos campos em Sidrolândia, Campo Grande, R. Verde, etc. nas décadas de 1870 e 1880 (V. Corrêa Filho, 1969, p.537). Paralelamente ao povoamento mineiro que continuava, o extremo sul do

planalto recebia no final do século XIX e inícios do atual outra corrente de pecuaristas, os fazendeiros gaúchos saídos do Rio Grande do Sul após a revolta federalista de 1893. Estabeleceram-se nos campos de Vacaria (Ponta Porã, Bela Vista, Rio Brilhante), onde se encontravam com os criadores mineiros. Como ocorreu com a pecuária do Pantanal até a 1ª Guerra Mundial, os excedentes foram se acumulando e ampliou-se rapidamente o estoque bovino no Planalto: em 1907-08 calculava-se que as vendas de gado não ultrapassavam metade da produção anual (Arrojado Lisboa, 1909, p.142-45).

A presença de enormes e baratos excedentes bovinos subutilizados e a posição excêntrica de Mato Grosso em relação ao mercado do Rio de Janeiro estimulavam a instalação de charqueadas nos fins do século XIX e inícios do XX. Com a existência de mercado consumidor de charque no Rio de Janeiro e Nordeste, a abertura da navegação fluvial e o fim da Guerra do Paraguai facilitaram este novo aproveitamento do gado bovino, pela possibilidade de transporte mais barato e pelo interesse dos investidores platinos. Na Argentina e no Uruguai ocorreram desde meados do século XIX importantes modificações na economia pastoril: rápido aumento da criação de ovinos para a exportação de lã aos mercados europeus, ocupando os pastos antes destinados à pecuária bovina, abastecedora das charqueadas platinas, que além disto entraram em crise por causa da queda das exportações de carne salgada ao Brasil, Cuba e Estados Unidos (Puigros, 1948, p.201 e Deffontaines, 1953, p.249). Assim, alguns empresários platinos ligados à exportação de charque ao Brasil tratavam de se implantar em Mato Grosso.

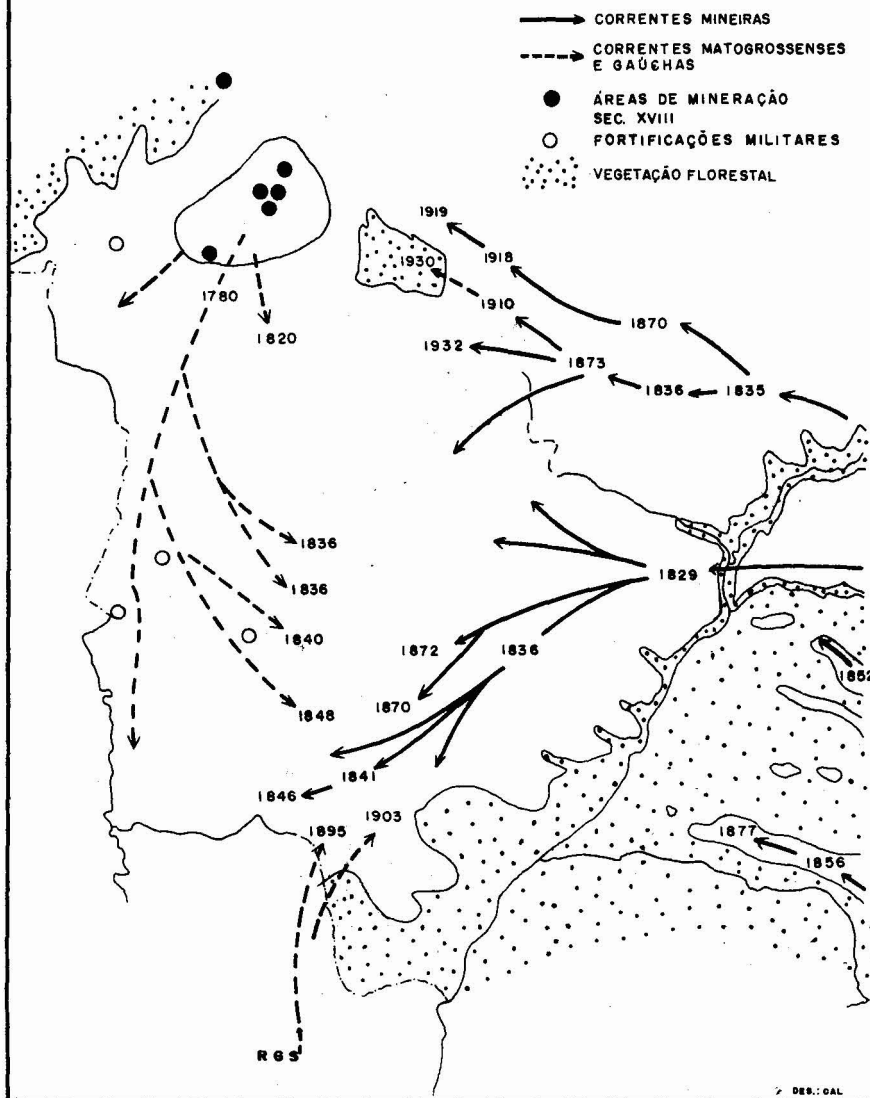
A isenção de impostos de 1873 beneficiou a instalação da charqueada do empresário argentino Rafael del Sar em Descalvado, às margens do rio Paraguai, pouco ao sul de Cáceres e já no fim da década seus abates atingiam 5000 rezes anuais (V. Corrêa Filho, 1955, p.34). Foi adquirida pelo empresário uruguaio J. Cibils Buchareo, que seguindo o exemplo da Liebig's passou a produzir extrato e caldo de carne exportados para a Europa, tendo absorvido neste período fazenda de gado de 240 léguas quadradas, com umas 200 mil cabeças no seu auge em 1885-90. Pas-

sou depois as mãos da Societé Industrielle et Agricola du Brésil, de capitais belgas e em 1910 ao controle do Sindicato Farquahr (Brazil Land & Cattle Packing). A produção de charque em Descalvado nas décadas de 1870 e 1880 estimulou iniciativas semelhantes na mesma região, em parte de pecuaristas matogrossenses, tendo surgido nos fins do século XIX charqueadas de menores dimensões no norte do Pantanal: Pindaibal, Triunfo, São João (Arrojado Lisboa, 1909, p.148 e 157 e Album Gráfico, 1914, p.293).

Na primeira década do século XX, em decorrência de novas restrições à entrada de charque estrangeiro no Brasil, mais uma vez uruguaios montavam estabelecimentos em Mato Grosso: o saladeiro Miranda (1907), de Deambrósio, Legrand & Cia e o Saladeiro Tereré, de Moali & Grosso Ledesma, nas proximidades de Porto Murtinho, ambos com sede social em Montevidéu. Na mesma época (1909) começou a funcionar o saladeiro Barranco Branco, também nas proximidades de P. Murtinho, pertencente à Empresa Extrativa e Pastoril Brasileira. Estas três instalações tinham capacidade de abate de 50 a 60 mil rezes por safra e remetiam suas produções ao Rio de Janeiro e Nordeste, descendo o rio Paraguai (Album Gráfico, 1914, p.293 e Arrojado Lisboa, 1909 (p.157). As referidas charqueadas e o mercado favorável estimulavam a multiplicação de outras na segunda década deste século, principalmente no sul de Mato Grosso, tanto no Pantanal como no Planalto. As iniciativas foram em parte de comerciantes, J. Dulce & Cia., Mônaco, etc. de Cáceres e Corumbá respectivamente, mas também de fazendeiros matogrossenses, como Barros Gomes & Cia (Otilia, em Corumbá). Em 1925 funcionavam 19 charqueadas no Estado inteiro, além de outras seis paralizadas (V. Corrêa Filho, 1926), por causa da crise dos anos vinte.

As charqueadas tinham necessidade de suprimentos garantidos, o que as levou a adquirir fazendas de gado, como ocorreu em Descalvado. Além destas aquisições, estancieiros platinos também compravam terras na primeira década deste século, como a Cia Fomento Argentina, que chegou a ter 277 léguas no pantanal do Nabileque (V. Corrêa Filho, 1969, p.599), ou o Trust del Alto Paraguai que adquiriu 107 léguas da antiga fazenda do Ro-

EXPANSÃO DA PECUÁRIA EM MATO GROSSO E ARREDORES



drigo¹². Nestes fins do século XIX e inícios do XX as maiores fazendas de gado do Pantanal tinham de 15 a 50 mil rezes, conforme observou Arrojado Lisboa.

3. Extrativismos vegetais voltados à exportação: borracha e erva-mate

Na mesma época em que se instalavam as primeiras charqueadas, iniciaram-se duas produções importantes: borracha e erva-mate, a primeira extraída na floresta amazônica, no extremo norte e noroeste de Mato Grosso e a segunda nos ervais do extremo sul. Assim como o início das exportações de bovinos para o Rio de Janeiro ocorreu muito tarde (meados do século XIX), bem depois de Minas e Goiás, as exportações matogrossenses de borracha e erva-mate, pela mesma razão de distância aos mercados, também se iniciaram após os demais concorrentes.

Com as possibilidades abertas pela vulcanização da borracha, as exportações brasileiras deste produto amazônico saltaram de menos de 5 mil toneladas no período 1841-50 a quase 20 mil toneladas na década seguinte, acompanhadas de grande valorização graças às crescentes necessidades da Europa e Estados Unidos. Assim, a extração cresceu rapidamente, atingindo entre 1871-72 os seringais situados ao norte de Cuiabá, nos rios formadores do Tapajós (Arinos, Verde, etc.) e por volta de 1875-77 aqueles localizados a noroeste, no rio Guaporé. Estas iniciativas partiram de Cuiabá e Diamantino, enquanto seringalistas originários da Amazônia foram responsáveis pela abertura dos altos afluentes do Madeira (Album Gráfico, 1914, p.246 e 364). Apesar de crescer consideravelmente, a extração matogrossense sempre foi uma parcela diminuta da produção amazônica, 5 a 6% em 1910-12, no auge dos preços e das exportações (Album Gráfico, 1914, p.364 e Anuário Estatístico do Brasil, 1956, p.528).

As primeiras remessas brasileiras de erva-mate ao Prata datam dos inícios do século XIX, quando as dificuldades de relacionamento entre Paraguai e Argentina prejudicaram as exportações guaranis e assim gradativamente Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná se fizeram presentes no mercado platino. Apesar das exportações brasileiras não crescerem num ritmo seme-

lhante ao da borracha, passaram de 19 mil toneladas no período 1831-40 a 96 mil toneladas na década 1861-70, o que motivou a procura de novos ervais. O comerciante gaúcho T. Laranjeira, que explorava erva-mate no Paraguai (1877), tratou de obter concessões em Mato Grosso (1880), mantendo por vários anos sede na cidade paraguaia de Concepcion. Com o tempo sua produção matogrossense foi se expandindo (1200 ton em 1891 e 1800 ton em 1892), graças às crescentes importações argentinas, o que lhe deu força para obter ampliação da área arrendada (1894), que alcançou 1600 léguas entre os rios Ivinhema e Iguatemi, vale dizer o monopólio da exploração dos ervais de Mato Grosso, tendo se associado na mesma época, por ocasião do "encilhamento" (1891), ao Banco Rio & Mato Grosso, ligado à família Murtinho, facção dominante na política estadual (V. Corrêa Filho, 1957, cap. XI e T. Linhares, 1969, p.150).

A década 1890-1900 foi muito favorável à Mate Laranjeira que além de ampliar a concessão graças às suas ligações políticas, construiu um porto no rio Paraguai especialmente destinado à exportação (Porto Murtinho) e beneficiou-se dos preços de venda e quantidades remetidas que aumentaram muito, pela expansão do mercado argentino e das dificuldades do comércio paranaense e catarinense afetados pela revolta federalista, alcançando 3 a 4 mil toneladas anuais no final da década, equivalentes a uns 10% das exportações brasileiras. Com a dissolução do Banco Rio & Mato Grosso, a companhia fundiu-se em 1902 com a casa importadora Francisco Mendes & Cia., de Buenos Aires, com a qual se ligava comercialmente, resultando na firma Laranjeira, Mendes & Cia, com sede na capital portenha. Nesta época já eram frequentes os atritos com os fazendeiros gaúchos que povoavam o extremo sul de Mato Grosso (A. Figueiredo, 1968, cap. 12 e Anuário Estatístico do Brasil, 1956, p.528).

Os interesses ligados direta ou indiretamente aos criadores de gado matogrossenses não aceitaram tranquilamente os privilégios da companhia ervateira e aproveitaram a crise ligada à queda dos preços da borracha (1914-15) para forçá-la a um recuo: lei estadual de 1915 restringiu a área arrendada a 400 léguas e destinou a enorme extensão liberada de preferência aos ocupantes já estabelecidos, os criadores gaúchos, em lotes de

duas lêguas, o que permeabilizou os ervais à penetração de médicos produtores. Assim, do total de 11,4 mil toneladas exportadas por Mato Grosso em 1923, os pequenos e médios alcançaram 1,4 mil¹³. Mas a partir da década de 1920-30 as plantações argentinas de erva-mate começaram a produzir, restringindo pouco a pouco as exportações brasileiras, como ocorreu de maneira mais dramática com a borracha (V. Corrêa Filho, 1957, cap. XII).

4. Gênese e evolução da cidade de Corumbá

A abertura do rio Paraguai à navegação desempenhou, como vimos, importante papel no crescimento econômico de Mato Grosso durante a segunda metade do século XIX. Não só permitiu escoamento mais rápido e mais barato dos produtos tradicionais (couros e peles, ipecacuanha, etc.), mas também tornou possíveis produções anteriormente inexistentes, como a extração da erva-mate, a preparação do charque, etc. Além disto o rio Paraguai tornou-se via de comunicação obrigatória de Mato Grosso, por onde transitavam as mercadorias estrangeiras e nacionais importadas. Esta mudança nas comunicações e no comércio matogrossense com o exterior foi fundamental na gênese e expansão da cidade de Corumbá.

F. Castelnau realizou em 1845, pouco antes da abertura do rio Paraguai, cuidadosa expedição científica pela província de Mato Grosso. Notou que todo o sul estava povoado por milhares de indígenas e a presença "civilizada" resumia-se praticamente às fortificações militares de Albuquerque, Coimbra e Miranda, além do posto de Corumbá. Por ser central neste conjunto de aglomerados militares, Albuquerque era mais importante, reunindo 350 habitantes, dos quais 40 militares que compunham a guarnição local, enquanto os índios formavam a maioria da população. Além de ser sede de freguesia desde 1835, centralizava o comando da fronteira com o Paraguai, ficando a ela subordinadas as guarnições de Coimbra e Miranda, além de Corumbá. Estas guarnições alcançavam uns 45 e 30 militares respectivamente e nos aglomerados moravam ainda prisioneiros e índios, como em Albuquerque. Corumbá, situada pouco ao norte de Albuquerque, era um simples posto militar, com apenas 3 soldados, mas compunha-

se de uns 100 habitantes, formados de "uma mescla de brancos, índios e negros", cuja atividade mais expressiva era a exploração de calcário, o qual era em parte transformado em cal e remetido sob as duas formas a Cuiabá, Diamantino, etc., servindo à caiação das construções urbanas. Parte dos indígenas da área estava mais ou menos aculturada, praticando agricultura voltada parcialmente ao abastecimento das guarnições militares e mobilizada mesmo para a safra de ipecacuanha ao norte de Cáceres (Castelnuau, 1949, cap. XXII a XXV), o que facilitou seu recrutamento para o trabalho nas fazendas de criação que se foram implantando nesta parte do Pantanal durante todo o século XIX.

A abertura da navegação pelos rios da bacia do Prata, episódio básico das lutas entre Buenos Aires e sua interlândia econômica (R. Puiggros, 1948, cap. 3 e 4), interessava ao Brasil do ponto de vista estratégico e comercial por diminuir consideravelmente o tempo de duração do percurso Rio de Janeiro - Mato Grosso. As viagens feitas em tropas de mulas entre Cuiabá e o Rio de Janeiro pelo caminho de Goiás levavam de cinco a seis meses (Castelnuau, 1946, p.112), enquanto que por via marítima-fluvial puderam ser feitas em um mês. O tratado Brasil-Paraguai de 1856 liberou a navegação para Mato Grosso e permitiu a partida do Rio de Janeiro ainda naquele ano de um vapor da marinha brasileira que fez viagem experimental até Cuiabá. A pequena profundidade das águas no alto curso do Paraguai e nos rios São Lourenço e Cuiabá mostrou a necessidade de subdividir o percurso em etapas, realizadas sucessivamente por navios de menor calado.

Corumbá tornou-se porto obrigatório nestas etapas (Rio, B. Aires, Assunção, Corumbá, Cuiabá), pois os vapores que faziam o transporte de passageiros e mercadorias rio abaixo até a capital do Paraguai não podiam ter calado superior a 8 a 9 pés, enquanto as embarcações que navegavam rio acima até Cuiabá eram de fundo chato e calavam no máximo um metro d'água (Dicionário, 1922, p.699). Esta posição portuária foi garantida pela escolha de Corumbá como sede de um dos quatro distritos militares da fronteira de Mato Grosso (distrito do baixo Paraguai, que englobava o forte de Coimbra), tendo quartel com comando de

distrito e corpo de artilharia (Leverger, 1863, p.11), logo após a abertura da navegação.

Com acesso fluvial às regiões banhadas pelos rios Taquari-Coxim, Negro-Aquidauna, Miranda, além de São Lourenço e parte oriental da Bolívia, Corumbá passou a ser porto de trânsito e praça comercial da maior parte de Mato Grosso.

5. Panorama de Integração de Mato Grosso à Economia Mundial e Nacional

Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso foram integrados no século XVIII à economia mundial dirigida pelo capital comercial europeu, a partir de relações de trabalho escravistas, na produção de ouro e diamantes e consumo de meios de produção e artigos de consumo importados. Dada a alta valorização dos alimentos e a abundância de terras, foram se constituindo, nos arredores das minas, fazendas agropastoris altamente diversificadas. Assim, por volta de 1730 foram introduzidos na região de Cuiabá os primeiros bovinos, provenientes de São Paulo. Logo estavam constituídos dois circuitos de produção-distribuição-comercialização: um ligado aos mercados externos (ouro), de onde vinham os produtos de luxo para o consumo dos senhores (vinhos, pratarias, etc.) e outro voltado às necessidades da massa trabalhadora, sobretudo escravos (farinha de mandioca, aguardente, etc.), lembrando na própria formação social nascente os dois circuitos econômicos até hoje existentes nos países subdesenvolvidos capitalistas (M. Santos: O espaço dividido).

Quando a mineração foi decaindo, existiam nos arredores de Cuiabá grandes unidades agropastoris de abastecimento regional e subsistência, fortemente auto-suficientes, com importantes rebanhos bovinos, como assinalaram Castelnau, D'Alincourt e Florense. Esta tendência foi reforçada durante a primeira metade do século XIX, quando as relações capitalistas internacionais se afrouxaram no período depressivo de 1815/1848, propiciando regionalmente a multiplicação acelerada deste rebanho, que em meados do século alcançava 500.000 cabeças, com desfrute de 50.000, utilizados em apenas 20%.

A revolução tecnológica ligada à estrada de ferro e à navegação a vapor reabre nova fase de expansão das relações internacionais capitalistas (1848/1873), propiciando o aumento do setor exportador e suas cidades (Rio de Janeiro, Recife, Salvador no caso brasileiro) e à conquista de novos territórios à influência capitalista, num clima de choque de interesses. Esta nova fase vai acoplar a pecuária do Pantanal ao abastecimento do Rio de Janeiro (via Minas Gerais), bem como vai forçar a abertura da bacia do Prata e a Amazônia à navegação. Os laços territoriais-comerciais de Mato Grosso foram assim intensificados, desde financiamentos bancários europeus (G.L.Alves, 1984), implantação de novas produções, como erva-mate ao mercado platino, borracha destinada ao mercado europeu e norte-americano, xarque voltado ao mercado nacional.

As concorrências inter-capitalistas alteraram posteriormente este quadro: capitais ingleses instalaram plantações de seringueira no Sudeste asiático, capitais argentinos substituíram importações de erva-mate do Brasil e grandes frigoríficos anglo-americanos se implantaram no Brasil, liquidando as xarqueadas. De 1920 a 1970 restou a Mato Grosso a crescente especialização em criação bovina, visando ao abastecimento das invernadas paulistas (engorda), acopladas por sua vez aos frigoríficos, que no período populista passaram consideravelmente ao controle de capitais nacionais (A. Mamigonian, 1976). A política agrícola do regime militar, com incentivos fiscais e financiamentos baratos, conduziu a abertura de nova fase agropastoril em Mato Grosso, com o crescente controle da produção pelo capital bancário.

NOTAS

¹ Consideramos em nossa análise como Mato Grosso, para efeito do tema bem como da época a que se refere o estudo, os dois Estados em que o território original foi subdividido.

² Planta natural, abundante nas matas ao noroeste de S.L. Cáceres, cuja raiz tem qualidades vomitivas. Suas exportações cresceram de 1830 a 1837, quando caíram, retomando depois de 1845. Aparecia também em Goiás (Castelnuau, 1949, p.105 e 168) e na mata atlântica.

³ Já em 1751 foram registrados nos distritos de Cuiabá e V. Bela 62 engenhos-de-açúcar e aguardente (V. Corrêa Filho, 1969, p.694).

- ⁴D'Alincourt (1953, p.155) assinalou em 1818: "é a cidade de Cuiabá medíocre, mas abastada de carne, peixe, feijão, milho, laranjas, limas, ananases e leite".
- ⁵A. Corrêa da Costa, capitão-de-milícias além de proprietário de engenho-de-açúcar, comprou de 1814 a 1827 cinco fazendas entre os rios Cuiabá e São Lourenço, tornando-se grande criador de gado bovino; A.J. da Silva possuía em 1855 cinco grandes propriedades rurais (V. Corrêa Filho, 1969, p. 473 e 481).
- ⁶Mato Grosso importava de outras áreas brasileiras algumas mercadorias, como pólvora e sabão do Rio de Janeiro, guaraná da Amazônia e mulas do Rio Grande do Sul por intermédio de São Paulo (Castelnau, 1949, cap. XX).
- ⁷Cuiabá, sede do governo de Mato Grosso desde 1820, tinham em 1845 uns 6 a 7 mil habitantes, enquanto Diamantino tinha uns 1.500. Mato Grosso uns 1.000, Poconé uns 700 e Cáceres uns 600 (Castelnau, 1949).
- ⁸A fazenda Caiçara chegou a ter antes de 1822 doze mil cabeças de gado vacum, reduzindo-se a menos de duas mil cabeças e uns trezentos cavalos em 1845, sendo os bovinos vendidos regionalmente e os cavalos destinados à cavalaria do Exército (Castelnau, 1949, p.343).
- ⁹J.J. Nunes e A.J. da Silva além de criadores de gado eram políticos importantes (V. Corrêa Filho, 1969, p.473).
- ¹⁰"Por esta via entraram pela primeira vez em Cuiabá, a 8 de outubro de 1836, os suínos tangidos de Uberaba em vara de 70 cabeças, além da tropa de bestas de Manoel Bernardo que, em troca, de torna viagem, conduziu boiadas dos fazendeiros cuiabanos, assim inaugurando o intercâmbio que se intensificaria mais tarde" (V. Corrêa Filho, 1969, p.496-562). A estrada do Pequiri continuou a ser melhorada entre 1838/40.
- ¹¹V. Corrêa Filho (Fazenda de gado, 1955, p.35) assinala a reviravolta ocorrida durante a primeira guerra mundial: as exportações de carne cresceram enormemente graças aos frigoríficos estrangeiros estabelecidos em S. Paulo, enquanto a implantação da estrada de ferro NOB integrou Mato Grosso neste processo.
- ¹²O presidente do "Trust" era B. Villanueva, vice-presidente da República Argentina e esta fazenda deu origem à Miranda Estância, que pertenceu à Territorial Franco-brasileira, vendida em 1953 a um grupo de capitalistas paulistas e desde 1967 sob controle do grupo Klabim, com 250 mil hectares e 120 mil cabeças de gado em 1973 (Arrojado Lisboa, 1909, p.148 e Exame, 8/1973, p.51).
- ¹³P.C. Correa da Costa e Generoso Ponce eram favoráveis à divisão dos hervais e combateram as gigantescas concessões de terras aos interesses extra-regionais, como a Cia Fomento Argentina, Mate Laranjeira, etc., que restringiram a expansão dos fazendeiros matogrossenses. A Mate Laranjeira tentou derrubar em 1916 o governador Caetano de Albuquerque, mas foi forçada a aceitar a nova situação (V. Corrêa Filho, 1969, p.599-621).

BIBLIOGRAFIA

- 01 - Album Graphico do Estado de Mato Grosso, S.C. Ayala e F. Simon, Curitiba - Hamburgo, 1914.
- 02 - G.L. Alves: Mato Grosso e a História: 1870/1929, BPG nº 61,1984.

- 03 - M. Arrojado Lisboa: Oeste de São Paulo, Sul de Mato Grosso. Typ., Journal do Commercio, Rio de Janeiro, 1914.
- 04 - F. Castelnau: Expedição às regiões centrais da América do Sul, tomo II, C.Ed. Nac. 1949.
- 05 - V. Corrêa Filho: História de Mato Grosso, INL, Rio de Janeiro, 1969.
- 06 - V. Corrêa Filho: Fazendas de gado no pantanal matogrossense, SIA, Rio de Janeiro, 1955.
- 07 - J.M. Carvalho: Guarnições militares no Brasil Imperial, Rev. Bras.Est. Políticos, 1974.
- 08 - L. D'Alincourt: Memória sobre a viagem do pôrto de Santos à cidade de Cuiabá, Ed. Martins, 1953.
- 09 - P. Deffontaines: História do gado nos países do Prata, BG nº 114, 1953.
- 10 - P. Denis: Amérique du Sud, tome XV Géographie Universelle, A. Colin, 1927.
- 11 - Dicionário Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil, IHGB, Rio de Janeiro, 1922.
- 12 - A. Figueiredo: Economia do mate no Sul de Mato Grosso, tese mimeografada, P. Prudente, 1968.
- 13 - H. Florence: Esboço da viagem feita pelo Cônsul Langsdorf ao interior do Brasil, IHGB.
- 14 - A. Leverger: Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Typ. Souza Neves, Cuyabá, 1863.
- 15 - T. Linhares: História econômica do mate, J. Olympio, 1969.
- 16 - A. Mamigonian: Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário, BPG nº 51, 1976.
- 17 - R. Puiggros: História econômica del Rio de la Plata, Siglo Veinte, Buenos Aires, 1948.
- 18 - M. Santos: O espaço dividido, Livr. F. Alves, Rio de Janeiro, 1979.
- 19 - O. Valverde: Fundamentos geográficos do planejamento rural do Município de Corumbá, Rev. Bras. Geogr., Rio de Janeiro, 1972.